



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS IX*  
COLEGIADO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

DEIVD RENAN OLIVEIRA LARANJEIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM UMA PERSPECTIVA DE VIABILIDADE  
ECONÔMICA E SOCIAL**

BARREIRAS, BAHIA

2024

DEIVD RENAN OLIVEIRA LARANJEIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM UMA PERSPECTIVA DE VIABILIDADE  
ECONÔMICA E SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Me. Fábio de Oliveira

BARREIRAS, BAHIA

2024

DEIVD RENAN OLIVEIRA LARANJEIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM UMA PERSPECTIVA DE VIABILIDADE  
ECONÔMICA E SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

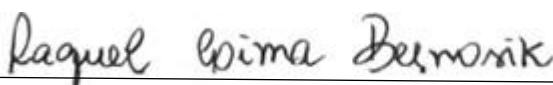
Aprovada em 12 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Fábio de Oliveira

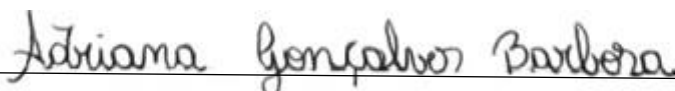
Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal da Bahia  
Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – *Campus IX*



Profa. Dra. Raquel Lima Besnosik

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia

Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – *Campus IX*



Profa. Ma. Adriana Gonçalves Barbosa

Mestra em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia

Professora do Colégio Estadual El Shadai

Professora da Escola Municipal Doutor José da Costa Borges

Dedico à minha família, meus amigos, colegas de curso e todos que de alguma forma contribuíram para que eu conseguisse a realização de mais uma conquista na minha vida.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente à Deus por guiar meus passos, proporcionando sabedoria e antes de tudo, fornecendo forças para continuar diante das adversidades.

Sou grato imensamente a minha família por estar sempre ao meu lado diante desta longa trajetória me aconselhando e guiando.

Agradeço também aos meus amigos e colegas que fizeram parte deste processo, que forneceram a alegria e o conforto de uma amizade.

Agradeço a esta Universidade por instruir e me equipar para ser um grande profissional.

Por fim, agradeço ao meu Professor orientador Fábio de Oliveira, que me orientou neste estudo e aos demais docentes que contribuíram para a minha formação durante a permanência no curso.

## RESUMO

A agricultura familiar é uma cultura advinda das características dos povos que formaram o Brasil, povos indígenas, africanos e os portugueses, visto isto, este trabalho procurar entender a viabilidade econômica e social desta cultura. Este estudo tem como objetivo investigar o papel da agricultura familiar na economia nacional, abordando um contexto histórico, avaliando desdobramentos sociais e o desenvolvimento sustentável, por meio de uma revisão bibliográfica, analisando trabalhos científicos, livros e revistas para coleta de dados. Sendo assim, por meio deste levantamento, observa-se a importância desta atividade cultural e produtiva para o crescimento econômico por meio de mercados e feiras livres, especialmente da região nordeste, além de assegurar a subsistência utilizando entidades assistenciais, como escolas e creches e disseminando questões socioambientais por meio de projetos governamentais. Contudo, a partir deste estudo se comprova a grande importância desta cultura para o desenvolvimento econômico do país, gerando renda e dignidade financeira, trazendo apoio assistencial à sociedade, proporcionando uma alimentação de qualidade e saberes ecológicos para a preservação e do meio ambiente.

**Palavras chaves:** subsistência, desenvolvimento, ecologia, cultura, produção.

## **ABSTRACT**

Family farming is a culture arising from the characteristics of the people who formed Brazil, indigenous peoples, Africans and the Portuguese, given this, this work seeks to understand the economic and social viability of this culture. This study aims to investigate the role of family farming in the national economy, approaching a historical context, evaluating social developments and sustainable development, through a bibliographical review, analyzing scientific works, books and magazines for data collection. Therefore, through this survey, the importance of this cultural and productive activity for economic growth through markets and open-air fairs, especially in the northeast region, is observed, in addition to ensuring subsistence using assistance entities, such as schools and daycare centers and disseminating socio-environmental issues through government projects. However, this study proves the great importance of this culture for the economic development of the country, generating income and financial dignity, bringing assistance support to society, providing quality food and ecological knowledge for the preservation of the environment.

**Key words:** subsistence, development, ecology, culture, production.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS</b>	<b>9</b>
2.1 Objetivo geral	
2.2 Objetivos específicos	
<b>3 PANORAMA TEÓRICO</b>	<b>10</b>
3.1 A formação histórica da agricultura familiar no Brasil	10
3.2 Agricultura familiar e o consórcio sustentável	13
3.3 Agricultura familiar: economia além dos aspectos da renda	17
3.4 Economia de base sustentável em Pequenas propriedades	19
3.5 Agroecologia, soberania alimentar: produção, comercialização e consumo	23
3.6 Agricultura familiar: potencialização, desenvolvimento sustentável com enfoque territorial	25
3.7 Gestão ambiental sustentável e agricultura familiar	27
<b>4 METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>33</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No panorama histórico, desde o início do período da colonização até o momento atual, vários séculos se passaram e muito se desenvolveu a agricultura no Brasil, colocando o país na posição privilegiada e estratégica de ser hoje um dos grandes produtores de alimentos do mundo. No decorrer de toda essa história, a monocultura para exportação sempre foi privilegiada, como o caso primeiro do extrativismo do pau-brasil e posteriormente, com as altas produções de cana-de-açúcar, de café, de gado e atualmente, de soja, de eucalipto, os maiores símbolos do agronegócio brasileiro contemporâneo, de forma rentável.

O Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA) em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estes buscam investir e garantir projetos nos estados nordestinos para adoção de sistemas de produção agropecuária resiliente, conservação de recursos hídricos e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e o fortalecimento da agricultura familiar e o combate às desigualdades rurais. É a partir disto, que indagamos, como a agricultura familiar contribui economicamente para a sociedade?

Dessa forma, todo esse movimento garantiu a existência da agricultura familiar com diferentes origens e uma diversidade de formas de identidade e de organização, mas com um traço comum: a negação do modelo, agroexportador baseado no latifúndio e recentemente a exploração indevida do meio ambiente. Visto isso, essas organizações nomeadas de Agricultura Familiar fazem parte do grande percentual de produção e subsistência para mercados locais, projetos sociais e Organizações não governamentais (ONGs).

Nesse sentido, a agricultura familiar é também um meio que vai mostrar como a população mais pobre do campo pode se preparar para extremos climáticos, ter melhores práticas, sequestrar carbono e principalmente gerar renda, preservar e ter acesso a recursos hídricos.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Investigar o papel geral da agricultura familiar na economia nacional.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Estudar a trajetória histórica da agricultura familiar especificamente no contexto nordestino;
- Avaliar os desdobramentos sociais das atividades agrícolas em pequenas propriedades rurais;
- Abordar o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental sob a ótica territorial.

### 3. PANORAMA TEORICO

#### 3.1 A Formação Histórica da Agricultura Familiar no Brasil

Em um breve histórico, ressalta que, a agricultura no Brasil já existia antes do período colonial. Era praticada pelos povos indígenas, de diversas etnias, nações e comunidades que desenvolviam o cultivo e a criação com base nos conhecimentos ancestrais acumulados. Aliás, muitos produtos da atual agricultura nacional são fruto do trabalho e seleção milenar dos povos originários, como diversas espécies de raízes, frutos, entre outros. Contudo,

Com a conquista das Américas pelos europeus, aqui se instalaram os portugueses e com eles uma série de atividades, tecnologias e cultivos. O início da formação dos latifúndios agroexportadores foi resultado direto desse processo (Sousa; Costa 2012, p.28).

Além disso, em diferentes momentos da história do Brasil, outros migrantes europeus e asiáticos também se instalaram, trazendo com eles diversos conhecimentos, tecnologias e práticas agrícolas.

Já no período escravista, foram trazidos muitos africanos para trabalharem nos latifúndios agroexportadores, com sua força de trabalho, também trouxeram uma rica e variada cultura, além de muitas espécies agrícolas e animais para o Brasil.

Segundo Wanderley (2018, p.136):

[...] a fusão dos conhecimentos e das espécies vegetais e animais reunidas pelas três culturas (indígena, europeia e africana) permitiu o desenvolvimento de uma diversidade de conhecimentos e práticas agrícolas, sociais e culturais.

Dessa forma, essa origem associada as diferentes formas de luta e de resistência dos trabalhadores do campo, foi a base da diversidade de agriculturas familiares existentes no Brasil hoje, e, vem ganhando ênfase e se tornando rentável.

Nesse sentido, muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, trabalhador rural, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e agricultor familiar, o qual é o termo mais utilizado no momento. A substituição de termos obedece, em partes, “O desenvolvimento do contexto social e as transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social, isto é, o homem e a mulher do campo (Olaide, 2013)”. A partir dos anos 1990, que o termo Agricultura

Familiar começou a ser utilizado mais amplamente. Como afirma Wanderley (2018, p.139) “a agricultura familiar não é uma categoria social recente. No entanto, sua atualização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume nova forma”.

Nesse contexto, pode-se dizer que sua utilização representa, tanto um novo contexto social, como também uma nova percepção sobre esse sujeito. Portanto, a importância do termo familiar é que reforça a ideia de que esses grupos sociais são aqueles em que, a família, ao mesmo tempo, que é proprietária dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) assume o trabalho, no estabelecimento produtivo.

O caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela se organiza economicamente e socialmente (Wanderley, 2018. p.171).

Assim, estão embutidas no conceito de agricultura familiar, baseado nas sínteses dessa autora, dois elementos muito importantes para sua compreensão: deve ser compreendido como um conceito genérico que engloba uma diversidade de categorias específicas, que têm em comum, a forte associação entre família-produção-trabalho; e, esse amplo conjunto de agricultores familiares expressam um caráter histórico, dinâmico, ou seja, necessitam constantemente se adaptarem às exigências da sociedade na qual estão inseridas, porém, mantendo como característica comum a sua tradição e/ou racionalidade.

Nessa perspectiva, o termo Agricultura Familiar utilizado, comporta uma grande diversidade sociais, como: agroextrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores, artesanais, sertanejos, ribeirinhos, agricultores urbanos, quebradeiras de coco, catingueiros, criadores em fundos de pasto, seringueiros, caiçaras e tantas outras identidades socioculturais existentes no Brasil. Todas elas, caracterizam-se pela articulação família-produção-trabalho de forma relevante na agricultura familiar.

Nesse contexto, se entende a identidade dos sujeitos sociais do campo, construídas por eles mesmos que são os que melhor podem determinar os termos que os caracterizam. A ideia é trazer elementos de reflexão, para discussão a respeito e propor a melhor formulação para designar os grupos sociais nos seus territórios, regiões ou municípios.

Para muitos, autores, a principal diferença entre os termos Agricultura Familiar e Campesinato está não nas suas relações internas (família-produção-trabalho), mas sim nas relações externas que esse tipo de unidade de produção estabelece com a sociedade local e a sociedade mais igual. Um aspecto chave desse debate, com especial ênfase nas relações com o mercado, é a busca por uma autonomia relativa dos sujeitos do campo.

Segundo Primavesi (2015, p.58):

[...] essa autonomia relativa não pode ser confundida com o isolamento da mera produção de subsistência, mas com a busca de uma relação com o mercado e com a sociedade que, embora sempre contraditória, minimize sua subordinação.

Dessa forma, uma questão central nesse estudo sobre agricultura familiar/campesinato se refere à sua capacidade de construir um projeto de desenvolvimento que lhe garanta mais ou menos autonomia.

É evidente, que a agricultura familiar possui um papel histórico no desenvolvimento agrícola. Em todos os países capitalistas avançados, a agricultura familiar foi a base da modernização da agricultura e o principal protagonista do desenvolvimento rural. Apesar de histórias bastante diferentes (Europa, Leste Asiático, Estados Unidos), os resultados do desenvolvimento são bastantes similares. Daí toda proteção, mediante subsídios que os países desenvolvidos destinam aos seus agricultores familiares.

É fundamental, reafirmar a relevância de construir um projeto de desenvolvimento rural, no caso o consórcio sustentável da agricultura familiar, reforçando sua autonomia em relação ao mercado e à organização da produção capitalista é fundamental, pois rompe com a lógica da homogeneização predominante.

Vários autores já demonstraram que a eficiência da produção capitalista em seu processo histórico, se deu pelo caminho da padronização e da destruição da diversidade. Foi assim, na grande indústria e, essa tem sido a preocupação central da produção capitalista do campo. A partir dessa lógica, a agricultura capitalista tem buscado eliminar a sua dependência de fatores naturais (climáticos, variedade de plantas e animais, entre outros), pois esses são geradores de uma diversidade de situações ecológicas e sociais. Essa eliminação tem sido tentada com o uso crescente de insumos, industriais na agricultura (máquinas, fertilizantes químicos, irrigação, hidroponia, transgênicos, entre outros) para reduzir o papel da natureza, na produção.

Com isso, se reduz também a importância dos saberes acumulados pelos agricultores familiares, que ao longo de gerações foram sendo aprimorados para que estes pudessem adaptar sua forma de produzir e de viver a cada realidade específica.

Foi esse processo que permitiu não apenas uma agricultura ecologicamente mais diversificada e adaptada, mas também uma grande diversidade de formas de organização social e cultural de tamanha relevância (Sousa; Costa, 2012, p. 63).

Nesse sentido, embora seja fundamental evidenciar que no Brasil, a produção familiar é a maior responsável pela produção de alimentos e pelos postos de trabalho no campo brasileiro, há um risco de justificar a sua importância apenas pela sua capacidade de competir tecnológica e produtivamente com a agricultura patronal. Essa lógica, pode levar a uma armadilha de que agricultor familiar deve pensar o projeto de desenvolvimento nos mesmos termos que o agronegócio, usando as mesmas tecnologias e da mesma racionalidade econômica. Ou seja, a agricultura familiar para poder competir deveria passar a produzir apenas pensando na lógica do mercado, rendendo-se ao mono cultivo, ao uso de pacotes tecnológicos e insustentáveis e negando sua cultura e seus saberes peculiares.

Daí a defesa de um projeto de desenvolvimento com ampliação da autonomia da agricultura familiar deve ir além da competição econômica, levando em consideração todos os outros aspectos socioculturais e ecológicos que estão envolvidos nas diversas formas sociais de produção embutidas nessa categoria.

Contudo,

[...] para contestar a tendência à exclusão no campo promovida pelo agronegócio, já não basta reafirmar a importância quantitativa da produção familiar. Negar a veracidade homogeneizadora dos mercados e engajar-se numa luta política pelo reconhecimento da capacidade que a racionalidade societária e produtiva camponesa tem para o chamado desenvolvimento sustentável também é necessário. (Juathdo, 2021, p.81)

Portanto, tanto a diversidade de formas sociais e culturais, como a diversidade ecológica e tecnológica da sua produção são características da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo a manutenção e ampliação dessas diversidades são o seu maior desafio, já que toda a sua tendência da sociedade atual e da homogeneização e padronização deve repensar e investir em qualidade de vida, sustentabilidade.

### 3.2 Agricultura Familiar e Consórcio Sustentável

O consórcio sustentável reconhece a agricultura familiar como uma forma de organização do trabalho por meio do controle sobre as decisões referidas à produção, à cultura e à criação a serem exploradas, restritas ao grupo familiar. Na agricultura familiar, a produção destina-se ao sustento da própria família e o excedente da produção é destinado ao mercado, contribuindo para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo e do país.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentam dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertence a grupos familiares.

São 13.8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural (Carroyo, 2014, p.40).

Nesse sentido, o agricultor familiar agrega em seu trabalho diversas especializações. Ele é culturalmente privativo por assumir diversas ocupações, isto significa na maioria das vezes ser ao mesmo tempo agricultor, pecuarista, pescador, construtor, administrador, comerciante, empresário, artesão, ecologista, extrativista, líder comunitário, entre tantos outros de tamanha relevância. Assim, diante dessa diversidade cultural e produtiva, a Agricultura Familiar possui uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do país em suas várias dimensões. Do ponto de vista da sobrevivência das famílias, percebe-se que a produção para o consumo vem garantindo a segurança alimentar de inúmeras pessoas que moram no campo. Além do autoconsumo, a produção nessa área, possui a capacidade de fornecer volumes de alimentos no mercado, amplia o acesso aos alimentos e garante a reciprocidade na produção e consumo nas relações entre campo e cidade de forma progressiva.

Nesse contexto, a ênfase na agricultura familiar justifica-se pela importância histórica, social e econômica que esta modalidade de organização social e produtiva possui no panorama brasileiro. Considerando-se que, a agricultura familiar é uma atividade produtiva complexa, os profissionais que atuam nesta atividade revestem-

se de uma particularidade que os diferenciam dos trabalhadores urbanos ou agricultores que atuam nas propriedades de grande porte que dependem de mão de obra da família.

Para

[...] a propriedade do agricultor familiar é considerada, pequena com poucos módulos rurais para manutenção de todos os membros da família. Historicamente, o agricultor familiar produz nesse espaço praticamente tudo o que é necessário para garantir, a existência dos seus filhos, tais como alimentos, lazer e abrigo. Em decorrência desse processo produtivo, existe uma forte tendência à solidariedade entre os membros da sociedade. (Gonçalves; Sousa, 2018, p.69-70)

Portanto, nesse tipo de organização social nem sempre é necessária uma divisão rígida das atividades. Dessa forma, o modo de produção está fundado no trabalho solidário da família consanguínea e a família comunitária; a circulação da moeda é menor que a circulação de mercadorias e serviços e os trabalhos são organizados na base dos mutirões, troca de dias e aluguel de mão-de-obra, entre outras formas produtivas que representam o universo do trabalho do campo. Dessa forma, dada a sua vitalidade para garantir a qualidade de vida dos cidadãos do campo, a agricultura familiar torna-se o eixo articulador no processo social, cultural, educacional, empresarial, entre outros. A agricultura familiar fundamenta o fazer multiprofissional, pois está centrado na formação, produção e trabalho dos agricultores com vistas à construção de um novo projeto, consórcio sustentável e sociedade camponesa.

O processo do consórcio sustentável na agricultura familiar busca uma qualificação social, profissional e rentável que tem na produção da agricultura familiar um paradigma voltado para o apoio, incentivo, valorização e retorno produtivo, desenvolvimento e êxito na economia familiar, social e de mercado financeiro, nos princípios e fazeres necessários à construção de um país com satisfatória qualidade de vida, educação, trabalho, sustentabilidade, economia e produtividade para os povos do campo.

Conforme Dias (2022, p.19), presidente do consórcio e Governador do Piauí, diz:

“A ideia é construir uma proposta baseada nas experiências positivas para ser replicada entre os nove estados da região Nordeste, destacando a importância de focar nos eixos como: o Programa de Alimentação Saudável (PAS); avançar no uso de novas técnicas, tecnologias; acompanhar as pesquisas, e ainda definir áreas com arranjo completo; quem produz agrega



valor, como comercializar no mercado interno e externo, enfim, quais os estímulos que podemos trabalhar”.

Daí a relevância do estudo das relações sociais no processo histórico de produção econômica, cultural e sustentável da agricultura familiar, e levando em consideração as potencialidades culturais nas dimensões de gênero, etnias, geração e de identidade. Estudo das ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de agricultura familiar, sustentável, responsável e das relações campo/cidade de forma equilibrada, visando a qualidade de vida do homem e do meio em que vive.

É necessário, dentro dessas dimensões, estudos, pesquisas, intervenções na agricultura familiar, considerando a cultura, a economia (produção/trabalho/meio ambiente) que vem sendo produzido pela sustentabilidade, apoio do consórcio entre outros iniciativas de incentivos, valorização da terra e fazê-la produzir, desenvolver a economia do campo de forma rendável, sustentável e solidária.

É perceptível que:

Em cada região, município foi se firmando e se configurando o que hoje se denomina agricultura familiar sustentável. Explícitas nas dimensões simbólicas da cultura, economia, as questões étnicas, de gênero, de geração e de identidade na relação campo-cidade (Schneider, 2009, p.28).

Sabe-se que qualquer cultura se constrói pela relação entre três fatores que determinam a constituição como humanos: as condições materiais, as condições associativas e às condições simbólicas. As condições materiais ou bem econômicos garantem a alimentação, vestuário, habilitação, transporte, entre outras exigências para nos manter vivos. Só que, para garantir as condições materiais, tem-se que associar-se, organizar para produzi-las. Somente associados uns aos/as outros (as) e intervindo na natureza, cria-se os bens materiais necessários a existência humana. Para associar-se e produzir, precisa-se, porém, de valores, de desejos, de sonhos. Os valores, costumes, crenças, lazer, reconhecimento, respeito, identidades, leis, religiões, questões de gênero, de etnia e de geração, são o que se denomina de condições simbólicas.

As relações entre essas três condições conformam a cultura e criam as condições da humanização ou desumanização, dependendo dos valores que se cultiva, positivos ou negativos (antivalores).

Torna-se preponderante garantir estudos, reflexões, discussões a partir das várias histórias de vida, de suas famílias, de suas comunidades, buscando compreender as relações sociais e produtivas no processo do consórcio, apoio dos projetos e transformação do ambiente, criando possibilidades de desenvolvimento em experiências exitosas, valorizando as manifestações culturais, econômicas, sociais, ambientais de suas comunidades e suas famílias (valores, representações, saberes, práticas, costumes, expressões, entre outros) e seus projetos de vida, de sobrevivência, qualidade de vida e desenvolvimento.

### 3. 3 Agricultura Familiar: Economia Além dos Aspectos da Renda

Pode-se diagnosticar a agricultura familiar ecológica, sendo os indivíduos que utilizam práticas sustentáveis de produção, costumes que podem não ser encontrados em todos os agricultores familiares. Verifica-se a relevância desses aspectos que vão além da renda, do lucro, como bem-estar social, subsistência alimentar e cuidados ecológicos. A melhoria da renda veio acompanhada de outras mudanças e realizações, nas dimensões econômicas, ambiental e das vivências, dentre as quais as famílias destacam a preservação e o uso da biodiversidade que são grandes vantagens de ser agricultor ecológico. Preservando as variedades de sementes crioulas e cultivos, que antes não tinham a devida importância econômica, passaram a ser resgatadas e valorizadas como o feijão de cor, feijão de vagem, amendoim, mandioquinha, salsa, morangos, milho, arroz, hortaliças, melancia, entre tantos outros cultivos essenciais à agricultura familiar sustentável.

Outro aspecto a ser ressaltado na agricultura ecológica é ter uma boa e saudável alimentação e ter assim boas condições, qualidade de vida. Essa agricultura ecológica, proporciona expectativa de vida aos agricultores, às famílias, como a preparação acadêmica para o aprimoramento pessoal, profissional, comunitário, planejando o futuro para exercitar a capacidade de gestão e uma independência financeira, onde possam usufruir de uma remuneração e preservar o meio ambiente.

Nesse contexto, pode-se contar com o planejamento da produção limpa, responsável e a organização do trabalho que passam a ser incorporados como uma necessidade pelo núcleo familiar, tornando mais fácil a realização das atividades de forma conjunta, solidária, sustentável. Conforme orienta Carmo e Sailes (2013, p.65)

“Deve-se intervir, planejar e realizar feira que possibilita o contato direto com as pessoas urbanas, permite a troca de informações entre quem produz e quem consome os alimentos, fortalecendo as relações entre as partes: o mundo rural e o mundo urbano”. Nesse sentido, destaca-se ainda um aspecto imprescindível que agrega valor, além da renda, dos lucros, a tranquilidade na vida dessas famílias agricultoras, especialmente em relação à saúde, devido à qualidade e a diversidade de alimentação natural, saudável, ao uso da fitoterapia, e à possibilidade de acesso ao lazer, além da estabilidade econômica e menor incidência de riscos na atividade.

Portanto,

na dimensão ambiental, os agricultores familiares têm convicção de que quanto menos interferir na natureza, melhor será para a produção e para a saúde das pessoas. Onde também chamam atenção para qualidade do solo onde existe muita vida, como minhocas e outros insetos benéficos para a natureza e fertilidade. (Gonçalves; Sousa, 2018, p.78)

Ainda se faz necessário à parceria com outras áreas: agentes de saúde; agente comunitário; medicina; fitoterapia, entre outras, que possibilita aprender e ensinar coisas novas, como o sistema das trocas comunitárias de mudas e sementes, por meio da participação ativa na vida das comunidades próximas e até distantes.

Nesse sentido, a produção da agricultura familiar, se destina ao mercado local o que lhes permitem desenvolver uma maior capacidade de acompanhamento e gestão das relações técnicas, econômicas entre a oferta e a demanda dos consumidores.

Segundo Schmitt:

Face a esse déficit, os agricultores familiares destacam algumas propostas que considera necessárias para ampliar a produção e o consumo de produtos ecológicos no país, no estado, no município, na sua comunidade, dentre as quais: a divulgação continuada das vantagens da agricultura familiar com foco na ecologia, na sustentabilidade; a formação e assessoria técnica às famílias agricultoras; a construção de propostas juntamente com os consumidores; o apoio por meio de políticas públicas diversas, que devem dar prioridade para a venda de alimentos ecológicos nos mercados institucionais. (Schmitt 2013, p.96)

Além disso, pesquisas ecologistas, economistas, cientistas entre outros vêm demonstrando aos agricultores familiares que é possível e vantajoso, sob diversos aspectos, praticar a agricultura ecológica, sustentável, o consórcio, também orienta nesse sentido, e assim ter qualidade de vida. A ampliação dessa forma de fazer

agricultura depende de um conjunto de ações, mas em grande parte, está ligada às atitudes, valores, princípios de cada familiar.

Portanto, assegura-se que é necessário fortalecer a organização das famílias agricultoras no meio rural para que com a sua participação, sejam elaboradas às políticas necessárias para viabilizar a sua permanência no local de origem com qualidade de vida, ou seja, com melhores condições de educação, saúde, moradia, acesso à terra, à natureza, renda e lazer. Sabe-se que a agricultura familiar sustentável, ecológica é uma opção consistente para a permanência das famílias no meio rural, proporcionando-lhes qualidade de vida, numa estabilidade financeira, econômica equilibrada, onde a sustentabilidade, à preservação ecológica, a vida saudável, moradia digna e tantas outras dimensões, é mais saborosa que o lucro desenfreado dos grandes mercados, onde se busca uma renda justa com equilíbrio.

### 3. 4 A Economia de Base Sustentável em Pequenas, Propriedades: Agricultura Familiar

O consórcio sustentável da agricultura familiar, é uma das ações implementadas no Brasil. No consórcio, as famílias agricultoras têm aulas de cidadania, empreendimento, produção, trabalho, entre outros. E, vem mudando a cara da agricultura familiar, transformando em desenvolvimento, experiências exitosas, rentáveis, com perspectivas de crescimento econômico, cultural.

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, a partir da necessidade de congregar, esforços e dar maior consistência política ao movimento agroecológico do Sul do Brasil e se expandindo como experiência positiva em várias regiões do país. São agricultores (as), técnicos (as), consumidores (as) e comerciantes unidos em associações, cooperativas, Organizações não governamentais (ONGs) e grupos informais que têm por objetivo, organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar sustentável, ecológica no Brasil.

Contudo, “a Rede Ecovida é formada por núcleos regionais, que buscam, em regiões geográficas determinadas, promover a troca de informações, credibilidade e produtos” (Carmo; Salles, 2013. p.37). Historicamente, a comercialização tem sido o maior desafio para a expansão da agroecologia. Normalmente, existe dificuldade em manter os mercados locais abastecidos com diversidade, quantidade e qualidade

durante o ano todo. Assim sendo, um grupo de instituições de agricultores familiares agroecológicos e algumas entidades e assessoria tomaram a iniciativa de se articular para resolver essa limitação, a partir do trabalho coletivo: organizações, associações, entre outros que proporcionam o desenvolvimento e expansão da circulação de alimentos e uma economia equilibrada, rentável aos familiares agricultores.

Todos os agricultores sempre tiveram uma postura reservada quanto ao uso de agrotóxicos, principalmente pela preocupação com a saúde, com a qualidade de vida humana, do solo e dos animais. Adotam apenas quando muito necessário o pacote proposto pelo modelo convencional de produção, fazendo uso de pequenas quantidades de adubos químicos em seus cultivos. Aos poucos, no entanto, o sistema convencional foi sendo incorporado à economia das famílias.

Para que,

[...] além da falta de alternativa, a introdução desse modelo convencional é estimulada pela cultura produtiva dominante nas pequenas propriedades rurais das regiões e pela pressão exercida pelos vizinhos. Os agricultores familiares, cresceram assim com a dependência de insumos e os custos com a produção. No que se refere aos aspectos econômicos, a renda obtida muitas vezes é baixa, porém, o suficiente para o consumo da família. (Pessanha, 2015, p.43)

Contudo, o sistema diversificado gera conseqüentemente instabilidade e insegurança, tanto econômica quanto alimentar. Porém, via de capacitação em cursos, seminários, sobre produção ecológica, diversificada, sustentável, criativa, obtêm-se excelente produção e lucro da comercialização da produção, tornando as propriedades totalmente ecológica.

Contudo,

[...] a transição dos padrões, do manejo técnico-produtivo é rápida, pois, os agricultores familiares percebem que há novas e boas oportunidades para fazer um trabalho diferenciado, com maior liberdade para comercializar e possibilidades de incremento de renda (Guessiman, 2012, p.63)

Nesse contexto, as famílias são pioneiras na adoção do sistema ecológico na sua realidade local, demonstrando a viabilidade da proposta de forma significativa, incentivando às novas famílias a adotarem o sistema ecológico de forma efetiva, rentável e sustentável.

Embora a mudança para o sistema de produção da agricultura familiar ecológico venha se ampliando, ganhando espaço nas pequenas propriedades rurais,

avalia-se atualmente que o processo pensado em termos coletivos deve ser mais lento do ponto de vista técnico e econômico, sendo principalmente um processo formativo, educativo, no qual prioriza a melhoria da saúde e a qualidade de vida

Anteriormente, a base de produção destinada ao comércio era bastante especializada e se resumia a três ou quatro produtos: milho, suínos, soja e feijão. Atualmente, são cultivados e comercializados uma variedade imensa de produtos, como: açúcar mascavo, mandiocinha, melão, moranga (jerimum); arroz, aipim, batata-doce, entre tantos outros, ampliando a comercialização, a economia familiar e do comércio, no caso local, chegando até a comercialização para outros centros urbanos.

Outro aspecto relevante é a venda realizada até então com intermediação das cooperativas ou nas casas comerciais atacadistas, passou a ser feita de forma direta nas feiras. Essa nova dinâmica proporcionou a diversificação dos mercados, maior controle sobre os preços recebidos, além do contato direto com os consumidores e a constituição de uma clientela própria, o que antes não ocorria, então, uma evolução na agricultura familiar das propriedades rurais com base econômica sustentável, eficiente.

Dessa forma, o acesso direto aos mercados agora representa 80% da venda, da produção da família, que ainda contam com os mercados das cooperativas onde há um espaço destinado ao comércio de produtos ecológicos.

A realização das feiras, serve de espaço para os agricultores familiares rurais, onde comercializam seus produtos ecológicos. Além das assessorias à comercialização, apoia-se os processos sócio organizativos e de produção das famílias de agricultores dispostos a fazer a transição para a agroecologia.

Outrossim,

[...] embora, a mudança para o sistema de produção familiar ecológico tenha sido rápida, analisa-se que deve ser um processo dinâmico, democrático, coletivo, priorizando os aspectos técnicos e econômicos, num processo educativo, priorizando experiências exitosas, com qualidade e vida e saúde, numa economia rentável. (Wanderley, 2018, p.102)

Portanto, a agricultura familiar, rentável e ecológica, deve ser realizada pelas famílias baseada, sobretudo, no cuidado com o solo e na conservação e uso de sementes próprias, evitando a utilização de insumos externos à propriedade e, com isso reduzindo consideravelmente os custos variáveis de produção. Dispondo assim,

de um razoável nível de autonomia técnica e econômica, praticamente não lançam mão de empréstimos, ainda que considerem que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, oferece atualmente alternativas interessantes com uma estratégia produtiva diversificada e autossuficiente, passaram a desfrutar de um padrão relativamente elevado de renda monetária e não-monetária.

Nesse sentido,

[...] a situação econômica da agricultura familiar é positiva, não só na avaliação das próprias famílias, mas quando comparada à situação da maioria dos agricultores em geral, que, ao contrário, estão em processo de descapitalização e cada vez mais dependentes de recursos externos, inclusive do crédito (Pessanha, 2015, p.47).

Assim, a melhoria da renda vem acompanhada de outras mudanças e realizações, nas dimensões econômica, ambiental e das vivências, dentre as quais destaca-se: a preservação e o uso da biodiversidade possuem grandes vantagens na agricultura familiar ecológica, onde se preserva cerca de 40 variedades de sementes crioulas e cultivos, que antes não tinham a devida importância econômica entre uma externa escala de fatores sustentáveis.

### 3.5 Agroecologia e Soberania Alimentar: Produção, Comercialização e Consumo

A busca e o acesso a um alimento saudável e de qualidade, que é um direito universal dos povos e deve se sobrepôr a qualquer fator econômico, político ou cultural que impeça sua efetivação.

Todas essas pessoas devem ter direito a um abastecimento alimentar seguro, culturalmente apropriado e em quantidade e qualidade suficientes para garantir seu desenvolvimento integral (Cúpula Mundial Da Alimentação, ONU, 1995).

Nesse contexto, o conceito de soberania alimentar remete, além disso,

A um conjunto mais amplo de relações: ao direito dos povos e definir uma política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países (Meirelles, 2020, p.83).

Dessa forma, “a noção de soberania alimentar incorpora várias dimensões: econômicas, políticas, culturais e ambientais relacionadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e

nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis” (Pessanha, 2015).

Nessa perspectiva, este inalienável direito de todo ser humano tem sido negligenciado de forma sistemática na sociedade brasileira. Observa-se ainda, a insegurança alimentar associada ao acelerado processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar ocorrido nas últimas décadas.

No entanto, a internacionalização, nos últimos anos, do pacote tecnológico da Revolução Verde tem levado a uma crescente erosão da biodiversidade agrícola e alimentar. Esse modelo tecnológico, baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na utilização de insumos químico-sintéticos, na mecanização e no recurso a fontes não-renováveis de energia, tem disso o responsável pela deterioração progressiva da própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas. O Relatório da Food and Agriculture Organization (FAO) afirma:

O mundo já produz alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais de todos os seus seis bilhões aproximadamente de habitantes. Ainda assim, cerca de 800 milhões sofrem de desnutrição (...) infelizmente, o mundo ainda parece longe de dar uma resposta para o problema da fome, que não é de alimentos, mas sim à distribuição de renda (FAO,2004).

Atualmente, esses dados continuam sem muitas evoluções. No que diz respeito à soberania alimentar, o impacto desse modelo é paradoxal. Aumentou a produção de alimentos ao mesmo tempo em que ampliou o número de pessoas famintas. Concentração da Terra, êxodo rural, incremento dos monocultivos e erosão dos solos são algumas das causas apontadas para essa anomalia.

Portanto, a agroecologia, cujo conceito vem sendo construído com a contribuição de diversas áreas do conhecimento, se propõe a ser uma resposta socioambiental a esta degradação ocasionada pela denominada Revolução Verde. Dessa forma,

Concebido inicialmente, como uma disciplina científica que estuda os agros ecossistemas, o conceito de agroecologia hoje incorpora também o estudo do desenho de agro ecossistemas sustentáveis, levando em consideração todos os fatores que podem influenciar esse desenho (Guessman, 2012, p.63).



Mesmo com iniciativas agroecológicas, como o resgate e a manutenção de sementes variadas pelas famílias agricultoras, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos limpos e a articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos de qualidade para todos, o problema têm sido o acesso quanto a soberania alimentar.

Dessa forma, para a Rede Ecovida de Agroecologia o processo de transição agroecológica deve ter como ponto de partida a superação da capacidade da propriedade familiar em produzir seus próprios alimentos. A partir dessa premissa, se devem construir as estratégias de vinculação dos agricultores com o mercado, sempre buscando meios que, por um lado, estimulem e consolidem o processo de transição e, por outro, disponibilizam à população urbana produtos de qualidade e preços acessíveis.

Portanto,

[...] a tendência majoritária é a de busca de grandes redes de supermercados e canais de exportação como principais estratégias de comercialização para os produtos ecológicos, levando a um quadro de eliminação do consumo desses produtos (Carmo; Salles, 2013, p.88).

Nesse contexto, contrariando essa tendência, os membros da Rede Ecovida de Agroecologia têm buscado privilegiar os mercados locais para escoamento de sua produção. Mercado local aqui não pode ser entendido unicamente como uma localização geográfica, mas também como um processo de comercialização que busca fundamentalmente: democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos; encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles; valorizar os serviços socioambientais gerados; fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhadas entre todos os envolvidos; promover a cooperação, a transparência e a complementariedade entre os agentes do processo de comercialização; possibilitar uma crescente indução de agricultores e consumidores no mercado, contar com o apoio do consórcio em projetos e atividades da agricultura familiar sustentável.

Entretanto, no entendimento da Rede Ecovida, um mercado pautado por esses princípios permite o escoamento de uma produção diversificada, baseada em recursos genéticos autóctones, uma melhor remuneração para o agricultor, preços mais acessíveis ao consumidor e baixos custos operacionais. Mercados como estes

propiciam que uma maior parcela da renda gerada seja retida pelo agricultor, com um consequente aumento em sua capacidade de consumo.

Portanto segundo a Revista Agriculturas:

É visando o estabelecimento de relações de mercado dessa natureza que, o consórcio sustentável tem estimulado a construção de uma Rede solidária de Produção e Circulação de Produtos Ecológicos. As células de comercialização desta Rede e outras atividades, projetos, são fundamentais: feiras livres, cooperativas dos consumidores, agricultores familiares, mercados institucionais, pontos de abastecimento popular, pequenas lojas e comerciantes (Agriculturas, 2011, p.13)

Nesse sentido, várias experiências exitosas ocorrem hoje por via do consórcio sustentável da agricultura familiar e apontam para a criação do que se pode denominar de um outro mercado.

### 3. 6 Agricultura Familiar: Potencialização, Desenvolvimento Sustentável com Enfoque Territorial

No mercado atual, torna-se cada vez mais fundamental a opção pela agricultura familiar e o consórcio sustentável se justifica pela sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda e baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator preponderante na construção de alternativas de potencialização e desenvolvimento sustentável. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno socioeconômico local.

Dado isso,

[...] a necessidade do consórcio, pois a falta de incentivo e investimento da agricultura familiar tem gerado a busca de alternativas e ações dos trabalhadores e trabalhadoras, na perspectiva de uma vida melhor, com qualidade (Schneider, 2009, p.47).

A agricultura familiar é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, consequentemente dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Para tal, basta criar incentivos para que se obtenham respostas rápidas nos outros setores econômicos, pelo seu efeito multiplicador, e também condição fundamental para que haja uma sobrevida para a economia da maioria dos municípios brasileiros, principalmente por meio do consórcio sustentável, bem como

desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural viabiliza e sustenta uma qualidade de vida do setor urbano.

Nesse contexto, segundo pesquisa recentemente feita pela CONTAG/CUT, em várias áreas do país, a agricultura familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola. Se devidamente apoiada por políticas públicas, consórcio e ancorados em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade. Nesse sentido, o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar se dar por meio da implementação de diversas iniciativas, que devem estar interligados para que possam produzir os efeitos desejados. O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), os Fundos Constitucionais e Consórcios são algumas iniciativas, não podendo, entretanto, a ação estatal se esgotar apenas na disponibilização de recursos para crédito de custeio.

Para isso,

É fundamental agilizar os procedimentos das linhas de crédito de custeio e investimento, assim, como a reformulação de toda a infraestrutura produtiva e social, para atender as necessidades da agricultura familiar. (Michelotti, 2017, p.30)

Portanto, as políticas dos consórcios de apoio e investimento à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar aquelas atividades não-agrícolas como: a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural do campo, atividades com grande potencial de geração de renda e ocupação.

Ainda, pode-se ressaltar outro elemento que deve estar integrado às políticas fundamentais de fortalecimento da agricultura familiar que diz respeito à priorização de investimentos públicos, consórcios, para garantir serviços de pesquisas, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometida com a sustentabilidade e adaptados aos meios de produção familiar assegurando assim um pleno desenvolvimento. Sabe-se que, existe um conjunto de iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar que dependem muito da gestão ambiental na organização, comercialização e gestão de produção limpa, diversificação agroecológica e planos de desenvolvimento local. “Este conjunto de proposições deve estar articulado à uma política de produção de alimentos e soberania alimentar da

população brasileira, como parte integrante da estratégia de desenvolvimento” (Pessanha, 2015, p.72).

No entanto, por outro lado, a gestão da unidade produtiva precisa ser considerada como o exercício pleno e prático da democracia. Se todos os membros da família têm um papel preponderante e uma função no processo produtivo, têm direito a tomar parte nas decisões e nos resultados. Para isso, é necessário valorizar, potencializar o trabalho das mulheres, dos jovens na agricultura em regime de economia familiar, construindo relações sociais de gênero, geração e etnia igualitárias e solidárias no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras.

É necessário entender que a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária. Nesse sentido, a gestão coletiva de produção se apresenta como uma alternativa concreta, por meio da prática, da cooperação (Wanderley, 2018, p.26).

Dessa forma, a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária, combinada ao uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção. As formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como uma alternativa concreta, via de prática da cooperação, da construção de ações, práticas sustentáveis, associativismo, parceria e apoio.

Portanto, o desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela garantia de documentação do uso da terra, o que também contribui para a construção da cidadania da população rural, assegurando dignidade e incentivando o desenvolvimento, rentável e desejável, seguro e ético. Assim, diante da relevância estratégica da agricultura familiar sustentável, precisa-se desenvolver um sistema de comunicação e marketing, divulgando a importância e representatividade deste setor para a sociedade brasileira, resgatando o seu reconhecimento e valorização.

Em 2006, foi sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a lei N° 11.326 de 24 de julho de 2006, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. Com essa lei, que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional no dia 4 de julho, o trabalhador da agricultura familiar passou a existir como categoria, superando o conceito de pequeno agricultor, o que contribuiu e contribui até hoje para a criação de uma Legislação Previdenciária, Tributária e Ambiental, levando em consideração as características do setor: onde define que a agricultura familiar, é aquela que é praticada por mão-de-obra da própria

família; que extrai da sua renda de uma mesma propriedade; tem gerenciamento da própria família e, praticada em área de no máximo quatro módulos (oito hectares, ou seja, 80.000 mil metros quadrados, em média, dependente do Estado). Assim, esta lei prevê a articulação das políticas do governo para esse segmento da agricultura.

### 3. 7 Gestão Ambiental Sustentável e Agricultura Familiar

A vida no Planeta Terra está em risco, o aquecimento global, a miséria, a desigualdade, o consumo desenfreado, entre outros fatores precisam ser pensados e criados linhas de ações para enfrentar esses desafios de sustentabilidade numa gestão de entidades sem fins lucrativos que oferece ações e intervenções eficazes para preservação, conservação e sensibilização ambiental. Considerando as consequências futuras das ações de hoje, é uma atitude sábia e responsável.

Essa é a perspectiva da sustentabilidade: agir de forma que todos sejam incluídos, respeitados. O desenvolvimento econômico deve levar em conta o impacto no ambiente e na sociedade, daí a relevância da gestão envolver as entidades sem fins lucrativos (ONGs) do terceiro setor, numa gestão ambiental sustentável, com alternativas viáveis, necessárias e urgentes, por meio da agricultura familiar.

A gestão ambiental na agricultura familiar junto as entidades com fins lucrativos, precisam reconhecer e agir, visando: conhecer os impactos ambientais e assim desenvolver parcerias para sustentabilidade e uma agricultura familiar responsável. Sabendo quem são os responsáveis e seus pensamentos, concepções sobre a temática e assim agir de forma ética, justa, inclusiva, junto a uma gestão participativa, democrática, científica. Compartilhando responsabilidades e ideias de sustentabilidade junto as ONGs, pode-se obter resultados financeiros, administrativos para minimizar os impactos ambientais mais graves no Planeta tendo como foco o ambiente em que atuam e estudos teóricos/científicos.

Os conceitos e concepções de sustentabilidade, Entidades, Programas, Projetos na agricultura familiar, aponta que a humanidade enfrenta a cada dia o desafio, a necessidade de preservar o meio ambiente de forma sustentável, econômica, ética e responsável e impedir a destruição da própria espécie. O aquecimento global, degelo das calotas polares, reciclagem, calor e frio em excesso, água em falta, excesso do uso de energia, entre outros. Nunca foram temáticas

ambientais que ocuparam tanto espaço na mídia, nas empresas e nas discussões em lugares, das universidades em parceria com as ONGs.

Segundo Gutierrez (2012, p.41) “a palavra de ordem é diminuir os impactos negativos do ser humano sobre o mundo. Mudando atitudes pessoais e coletivas para salvar o mundo da ameaça (cada vez mais social) de colapso”.

Nesse contexto, as ONGs têm um papel relevante no debate ambiental, nas orientações e ações conjuntas junto a gestão empresarial, fortalecendo principalmente a concepção, de sustentabilidade ética, responsável, por meio de campanha, projetos, criação de materiais paradidáticos, informativos, científicos e atividades nas empresas, organizações. A ONG, também discute com o Estado a formação de uma política pública para o tema, onde passam a acompanhar, orientar os gestores para tomada de decisões dentro de seus empreendimentos, gestão de pessoas, administrar alternativas e ações ambientais sustentáveis.

Contudo,

[...] quando os gestores assumem seu papel de líderes, quanto as questões ambientais sustentáveis, eles contagiam os colegas, colaboradores, clientes e esse idealismo seduz a todos os envolvidos a participar, a criar, a desenvolver ações ambientais de preservação do Planeta (Carvalho, 2019, p.18).

No latim, a palavra sustentabilidade significa o poder de manter, suportar e sustentar. Na prática, fala-se da habilidade de atender exigências do presente sem que isso afete as gerações futuras. A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 prevê um plano de ação que busca proteger o planeta, promover a prosperidade e garantir a dignidade a todas as pessoas.

A sustentabilidade não é a moda, é a necessidade. A sustentabilidade ambiental, compreende a preservação e manutenção do meio ambiente, cujo principal objetivo é garantir que as necessidades das gerações futuras não sejam prejudicadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais na atualidade (Rodrigues, 2009, p.12).

Portanto,

[...] compreender a sustentabilidade numa perspectiva das entidades sem fins lucrativos, é a forma adequada de interagir diretamente com os gestores no

caso empresariais, de organizações, com a comunidade e operar mudanças na sociedade. (Chamusca, 2018, p.27)

As ONGs podem oferecer de forma efetiva com ações ambientais alternativas, criativas e eficazes, pautados em teóricos de movimentos, projetos ambientais em vigência no local, no país e no mundo que servem como parâmetros para novos projetos, ações e intervenções para minimizar ou erradicar os aspectos negativos ambientais.

As reflexões sobre a gestão ambiental e desafios da agricultura familiar, afirmam a conceituação envolvida nesse trabalho (monografia), englobará uma dimensão relevante para as empresas privadas, ONGs e como a gestão ambiental, com relação a sustentabilidade, à microtecnologia, como as tecnologias complementares, às ações alternativas que poderão influenciar os aspectos de meio ambiente. No campo da microtecnologia de processo, as tecnologias principais e complementares, em cada fase do processo de produção, influenciam, diretamente a geração de resíduos e efluentes, sendo assim fundamentais dentro da gestão ambiental da empresa sob o olhar sustentável das ONGs e outras entidades sem fins lucrativos que se preocupam em oferecer ações sustentáveis junto a essas empresas privadas.

Evidentemente, às ações sustentáveis junto as microtecnologias de produto, serviços e processos de entidades sem fins lucrativos na gestão ambiental, são resultados do macro tecnologia da organização, do planejamento estratégico das tecnologias, dos produtos e da empresa de maneira global. Nesse campo pode-se destacar o enfoque central dado por Michel (2020), quando analisa a importância do desenvolvimento tecnológico sustentável e da gestão do conhecimento para a competitividade, crescimento, sustentabilidade, e sobrevivência da organização e do meio ambiente. Dessa forma, os trabalhos de Siqueira et al (2018), quando procuraram conhecer o sistema de geração de conhecimentos em uma empresa visando o desenvolvimento de produtos, preocupando-se com os impactos ambientais, dentro do controle de meio ambiente, ou seja, contenção e tratamento, quando existentes, somente após a geração dos resíduos.

Recentemente, a questão ambiental tem levado empresas modernas sob as orientações de ONGs a se preocuparem com a não geração de resíduos, ou minimização e prevenção, incorporando o uso de conceitos relacionados à “produção

limpa” e “produção mais limpa”. No campo de estratégia: de gestão ambiental e os negócios da empresa.

Segundo Furtado (2021), “é necessário pensar e agir com profundidade a evolução das políticas de meio ambiente no meio empresarial, considerando vários aspectos e conceitos importantes nesse campo”.

Nesse contexto, as empresas exercem com preponderância suas convicções de orientações e ações de sustentabilidade e outro ponto a ser apoio à agricultura familiar destacado é o modelo industrial não-linear no contexto da gestão ambiental, onde se tem uma visão global do sistema e suas correlações no que se refere à preservação e reciclagem de resíduos.

Nesse campo, Almeida et al (2013, p.31), destacaram “a importância da integração com fornecedores, ONGs, para desenvolver novos produtos, novas estratégias, desde o início desse processo.

No entanto, é interessante ressaltar que na atualidade está se repetindo com a gestão ambiental o mesmo que ocorreu nas décadas de 1980/90 com a gestão da qualidade e a ISSO 9000, ou seja, a implantação de um sistema administrativo de gestão ambiental, mesmo com certificação da ISSO 1.4000, não garante compromissos em relação a eco eficiência (Furtado, 2021). Vários fatores de ordem política e estratégica, de capacidade tecnológica, de informação, de comunicação e de legislação devem ser considerados no processo de tomada de decisões para operação em modelo não-linear, incluindo incorporação de conceitos de “produção limpa” e de “produção mais limpa”.

Nesse parâmetro,

[...] as indústrias, empresas já dispõem de meios para reorientar o sistema de produção de bens e serviços, com o emprego de produção mais limpa, produção limpa eco design e outros instrumentos ambientalmente adequados (Furtado, 2021).

Para isso, será necessário conscientização e requalificação do pessoal, evitando o uso equivocado dos termos verde, eco, ecologia ou da expressão desenvolvimento sustentável, causado pelo despreparo de alguns agentes ou pela deliberada maquiagem verde (greenwashing).

As empresas usualmente, veem o sistema de gestão ambiental, correlacionado, em geral, com a ISSO 1.400, como estratégia importante para



aprimorar seu desempenho, inclusive em relação à expansão de seus negócios. Entretanto, há recursos e instrumentos mais poderosos para as empresas que procuram mudar seu patamar no tratamento das questões ambientais (Furtado, 2021).

Contudo, de forma resumida, de acordo com Cunha (1995), a carta de princípios de “gestão ambiental responsável” do Inter-National Chamber of Commerce-ICC envolve os seguintes pontos até os dias atuais: Prioridade organizacional; gestão integrada (eco gestão); compromisso com melhoria dos processos; Educação dos Recursos Humanos; prioridade de enfoque; produtos e serviços não agressivos; Orientação do Consumidor; Equipamentos e Operações para eficiência ambiental; pesquisa sobre impactos ambientais; Enfoques Preventivo, orientação de fornecedores e subcontratados; planos de emergência; transferência de tecnologia limpa; contribuição ao esforço comum; transparência de atitudes e atendimento ao público e comunicação ambiental, todos eles ligados e necessários na orientação e ações das organizações não governamentais (sem fins lucrativos) juntos as empresas e organizações em geral.

Os princípios da Produção Limpa (Clean Productions) surgiram nos anos 80 como proposta da Organização Ambientalista Internacional “Greenpeace” na campanha para mudanças mais profundas do comportamento industrial. Essa ideia ganhou mais visibilidade a partir de 1989, quando a agência da ONU, de década ao meio ambiente do Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criou o Programa de Produção Limpa (Cleaner Production).

Dessa forma, trouxe relevantes contribuições e despertou para uma diversidade de projetos, programas, ambientais, tão relevantes até os dias vigentes, que podem ser resumidos como: produção mais limpa (segundo o PNUMA); processo-conservação de materiais, água e energia; eliminação de materiais tóxicos e perigosos; redução de quantidades e toxicidade de todas as emissões e resíduos, na fonte, durante a manufatura.

O produto e a redução do impacto ambiental e para a saúde humana, durante todo o ciclo, da extração da matéria-prima, manufatura, consumo, uso e na disposição/descarte final. Portanto, são esses e outros tantos desafios da sustentabilidade em parceria com as ONGS e tantas outras entidades que buscam dias melhores para nosso Planeta.

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa utilizou a metodologia de cunho dissertativo, bibliográfico, em que se buscou refletir como vem sendo tratada e desenvolvida a questão da economia relacionada à agricultura familiar com foco na parceria com as entidades com ou sem fins lucrativos, nas ações e intervenções dos impactos em ambientes e desafios, pautados em fichamentos de obras publicadas e documentos que com toda credibilidade e teor legal, científico.

A investigação,

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões (...) assim, por meio dela, consegue-se aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos, mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas, pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo. (Minayo; Sanches, 2013, p.51)

Iniciou-se a pesquisa e desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do mês de agosto de 2023 onde foi selecionado vários materiais que deram estruturas a fundamentação ao estudo, sendo assim, ainda aprofundado as questões temáticas abordadas por meio das disciplinas do curso e outras fontes de informações com teor ético, legal e científico e de vários autores renomados que retratam essa temática em estudo, enriquecida com debates, discussões relevantes para essa pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura dos últimos 25 anos aponta que o Nordeste possui papel preponderante neste contexto, onde se discute a agricultura familiar e o enfrentamento da pobreza rural no Brasil, sobretudo no semiárido. Dessa forma, reconhece-se o apoio institucional dado a câmara temática e ao consórcio pelo FIDA (Desenvolvimento Agrícola). Apoio esse, que aliás, vem antes da formalização da câmara temática, porque o Fundo Internacional do FIDA, o qual já apoiava o Fórum de Gestores e Gestoras da agricultura familiar do Nordeste.

Tendo em vista que o FIDA é atualmente um dos maiores estimuladores e financiadores de projetos e ações voltados para a agricultura familiar no Nordeste. Porém, nesse sentido a agricultura no Brasil, já existia antes da colonização. Era praticada pelos índios, os africanos de diversas etnias, noções, povos e culturas que desenvolviam o cultivo e a criação com base nos conhecimentos ancestrais acumulados. Muitos produtos da atual agricultura nacional são fruto do trabalho e seleção milenar dos povos indígenas, africanos, portugueses, entre outros, como diversas espécies de raízes, frutos, que repercutem até hoje no desenvolvimento sustentável, principalmente da agricultura familiar.

Retratou-se aqui, os conhecimentos mediante pesquisa bibliográfica que deu embasamento a elaboração desse trabalho de monografia que foi posteriormente aprofundado em trabalhos anteriores, pesquisas publicadas sob o desenvolvimento e importância da agricultura familiar como eixo econômica e social, ressaltam suas características e elementos fundamentais para a ampliação e fundamentação do estudo, via de pesquisas, fichamentos e elaboração, pontos relevantes que apontam a imprescindível importância de refletir-se e compreender os desafios da agricultura familiar como geradora econômica nas propriedades rurais, quanto as questões de retornos sociais e impactos ambientais, tendo como foco ações e intervenções das entidades com e sem fins lucrativos, respectivamente, para orientar, aprimorar, sugerir projetos, consórcios que venham favorecer a luta, a defesa, de um meio ambiente sustentável para toda humanidade, proporcionando ganhos financeiros a agricultores familiares, ganhos e retornos sociais para a sociedade, beneficiando famílias com alimentação e melhor qualidade de vida, e conseqüentemente beneficiando o meio ambiente com práticas limpas.

São inúmeros os desafios, porém já existe um vasto campo de atuação dessas entidades (ONGs) que vem conscientizando para preservação, conservação dos recursos naturais. Como visto na literatura que deu embasamento a esse projeto, sendo assim, viável nas empresas, organizações numa gestão ambiental eficaz que busca criar, desenvolver ações de sustentabilidade frente a administração e gestão de bens, serviços tão necessários a um ambiente limpo, preservado.

A literatura consultada aponta que o desenvolvimento local de produtos agrícolas sustentáveis, por meio do consórcio tem incentivado, apoiado e credenciado projetos, ações produtivas, rentáveis, baseado e se efetivado em feiras livres, mercado institucional e comercio institucional e comercialização em festas, eventos locais etc. Esses espaços de comercialização têm estimulado a diversificação da produção entre as famílias agricultoras, o que tem gerado um resultado positivo na promoção da soberania alimentar, tendo em vista a melhoria e o enriquecimento nos hábitos alimentares destas famílias, ampliando e valorizando à agricultura familiar.

Nesse sentido, da mesma forma têm popularizado o acesso ao alimento ecológico, já que as feiras, são realizadas em bairros populares e preços acessíveis, e as compras institucionais estão voltadas ao atendimento da população local, às creches, escolas e bairros carentes, além de entidades assistenciais presentes na realidade local, e assim, rompendo com a lógica de utilização dos mercados de produtos ecológicos.

Pessanha (2015), em consonância com outros pesquisadores, ressaltam que as agroecologias têm contribuído para o desenvolvimento de canais alternativos de mercado, consórcio, sob o controle das famílias agricultoras e consumidores, disseminado a dependência dos intermediários e das grandes redes de supermercados. As feiras agroecológicas, as creches, escolas, entidades assistenciais, que recebem merendas escolares agroecológicas, algumas iniciativas de entrega de cestas agroecológicas e comércio solidário em bairros carentes são experiências que se constata no consórcio sustentável da agricultura familiar como experiências de descentralização da comercialização.

Rentabilizar na agricultura familiar, pode ser caracterizado como cultivo de duas ou mais culturas em uma mesma área e ao mesmo tempo. Essa prática é de grande relevância para a produção de frutas, grãos, hortaliças e tantas outras culturas, tendo em vista as inúmeras vantagens econômicas e ambientais sustentáveis, tão

necessárias para a agricultura familiar e comumente utilizadas. Dessa forma, compondo o Sistema Plantio Direto (SPD), a consorciação de culturas, além de oferecer vários outros benefícios, vantagens, entre elas as principais, como: auxílio no controle de plantas daninhas, do uso indevido de agrotóxicos, promove relevante cobertura viva e morta do solo durante o maior período possível. Dessa forma, pode-se assegurar, que essa temática tem uma grande relevância e traz aqui em síntese, porém, com todo teor científico, legal, abrindo espaço para posteriores pesquisas, buscando sempre, o desenvolvimento desejável, sustentável e de oportunidades econômicas e sociais em todos os âmbitos.

Portanto, é de grande relevância que esse estudo vem retratar que a interação econômica e social é a principal proposta presente do Consórcio Nordeste, criado em 2019 como um espaço que reúne os governos dos nove estados da região Nordeste do Brasil na reivindicação e construção de políticas, mobilização de investimentos e estudos sobre as realidades sociais do Nordeste.

Contudo, em novembro de 2021, o consórcio realizou a Câmara Temática da Agricultura Familiar, que denunciou a falta de investimentos do governo federal na área e sugeriu uma série de medidas a serem tomadas para fortalecer a produção das famílias agricultoras diante da seca, e dentro dessas Temáticas, o meio ambiente, turismo, alimentação, assistência social, entre tantos outros.

Assim, cada vez mais requer o desenvolvimento dos campos do país com justiça social e sustentabilidade, em um projeto/consórcio que comungue de uma concepção de campo que compreenda a diversidade deste espaço construído a partir de múltiplos territórios, da agricultura familiar nas suas diferentes culturas, vivências, linguagens, etnias e outros desafios num processo dinâmico e sustentável.

Fortalece aqui a importância deste estudo que tem como principal objetivo apontar a importância da agricultura familiar para a economia, visando a grande amplitude desta cultura, abordando formas de rentabilidade, importância social e gerando conseqüentemente a preservação do meio ambiente, resolução de questões climáticas e acessibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, mostrou que as práticas sustentáveis podem e devem contribuir na preservação dos recursos naturais, dos produtos agrícolas e ecológicos, por meio de políticas de fortalecimento dos agricultores familiares de forma econômicas, gerando renda para obter dignidade financeira, e abranger a sociedade carente com apoio, com produtos de alta qualidade, saudáveis, acessíveis, assim criando uma linhagem e fortalecendo as gerações com uma cultura sustentável.

A literatura assegura que, para o êxito das experiências de consórcios sustentáveis à agricultura familiar, se faz necessário a utilização de técnicas de conservação do solo, reduzindo o uso de pesticidas e fertilizantes químicos e implementando sistemas de irrigação mais eficientes, sendo essas já usadas e entre tantas outras iniciativas oferecendo experiências exitosas para agricultura familiar de forma rentável.

Dessa forma, a economia proporciona aos agricultores(as) a conquista do que se deseja de forma planejada além do consumo de itens de extrema qualidade, saudáveis que são voltados tanto para o comércio, quanto para retornar a sociedade. No entanto, o consórcio no caso rural tem em si seus benefícios, como o favorecimento de compras, bens, e que pode e deve ajudar diretamente na formação de um patrimônio familiar ou pessoal, para isso, torna-se tarefa bem mais simples, mediante uma gestão, que agilizam e facilitam o investimento recorrente em um bem adquirido ou serviço durável que pode fazer total diferença no futuro de seus familiares, de sua produção prima tem papel de grande importância econômica no nordeste do país, proporcionado por feiras livres e projetos que auxiliam produtores a terem boas práticas para garantir boas produções de produtos orgânicos e inorgânicos. Neste âmbito, o FIDA tem papel preponderante, assim como o consórcio nordeste. É importante frisar o apoio de ONGs e o governo com campanhas para incentivar a produção agrícola.

No contexto do nordeste, a trajetória da agricultura familiar contou com grandes eventos que proporcionaram conhecimento e práticas de plantio e cultivo de vários produtos. Os conhecimentos indígenas, as comunidades de escravizados em busca da liberdade e os meios de cultivo dos portugueses formaram a agricultura que se

possuí hoje. Atualmente, com a modernização e a tecnologia, viu-se o crescimento de produtores e da agricultura regional, ainda assim com apoios governamentais.

O crescimento populacional hoje exige grandes demandas de produção de alimentos, com isso, o aprimoramento e incentivo à agricultura, se tornam meios de subsistência regional, garantindo refeições diárias e de qualidade. O direito ao trabalho ao trabalho na agricultura familiar proporciona renda e conseqüentemente o crescimento das classes. Esta atividade cultural e produtiva tem importância fundamental no crescimento regional garantindo o básico para a subsistência.

A agricultura por fim, também é fortemente reconhecida para produzir de forma ecológica, utilizando práticas sustentáveis, advindas tanto do conhecimento prévio durante a formação a região, como pelo incentivo governamental e de ONGs. A sustentabilidade e uma boa gestão ambiental é disseminada com o apoio de projetos governamentais, resultando na conservação do meio ambiente como um todo.

Portanto, o desenvolvimento da agricultura familiar, de forma rentável, visualiza as possibilidades de se realizar os sonhos, os objetivos de os (as) agricultores rurais, através de ações, projetos, consórcios necessários à efetivação das propostas para o desenvolvimento humano, ambiental, social e sustentável de suas comunidades e apresente municípios norteadores capazes de gerar boas práticas, boas produções e rentabilidade.

Basicamente, ao logo deste estudo se observou a importância e a preponderância da agricultura familiar desde os primórdios da civilização brasileira como forma de escape para subsistência e a seguir para sustentar economicamente um grupo familiar, gerando renda e recursos. Ainda aqui se observa a prevalência da agricultura familiar como eixo social, trazendo retornos à sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. de. **Desenvolvimento e Práticas sustentáveis**. Porto Alegre: Greartmed, 2013.
- ARROYO, M. G. **Por um tratamento público da educação do campo**, 2014.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. PNUMA. Lei Federal, Brasília: DF, 1981.
- BRASIL. **Organização das Nações Unidas-ONU**. Brasília: DF, 1995.
- BRASIL. **ECOVIDA: Rede Ecovida de Agroecologia Normas e Organização e Funcionamento**. Brasília: DF, 1998.
- BITTENCOURT, G; VECCHIATTI, K; MAGALHÃES, R; AZEVEDO, C.M.A (Org.). **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. *Revista Brasileira de Ciências*. São Paulo: Ática, 2011.
- CARMO, M.S; SALLES, L.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Ebsevier, 2018.
- CUNHA, A.A.C. **Gestão de Pessoas: fundamento e tendências**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- DIAS, W. **Presidente e governador do Piauí (palestra ministrada sobre consórcio sustentável da agricultura, famílias no Nordeste)**. Piauí, setembro, 2022.
- FURTADO, M. **Gestão ambiental e desenvolvimento**. São Paulo: Cenage Learning, 2021.
- GONÇALVES, JS; SOUZA, S.A.M. **Agricultura Familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. São Paulo: Ática, 2018.
- GUESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura familiar sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- MEIRELLES, L. **Soberania alimentar, agroecologia, mercados locais**. São Paulo: Ática, 2020.
- MICHAEL, P.E. **Gestão da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MINAYO, M.C.D; SANCHES, D. **Pesquisa social qualitativa**. São Paulo: Ática, 2013.
- OLAIDE, A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Nobel, 2015.



PESSANHA, L. **À agricultura familiar e os quatros conteúdos, da segurança elementar**. Rio de Janeiro: AGORA/RIAD/REDEAPA, 2015.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia, Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura**. São Paulo: Nobel, 2015.

\_\_\_\_\_ **Manejo ecológico do solo**. 18 ed. São Paulo: Nobel, 2015.

RODRIGUES, B. **Educação Ambiental**. São Paulo: Ática, 2009.

SCHMTTI, C. J.T. **Tecendo as redes de nova agricultura**. Porto Alegre: Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2013.

SCHEAIDER, S. **Tema social, agricultura familiar e pluriatividade: tese de doutorado em sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SIQUEIRA, R. **Economia sustentável**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SOUSA, R. Paixão; COSTA, R. G. C. P. da. **O Impacto do Progresso Migratório Rural na Formação dos quintais urbanos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

WANDERLEY, M. de N, B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Porto Alegre: Artmed, 2018.